



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 492
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

Processo n.º 37050/10

Órgão de origem: Polícia Militar do Distrito Federal

Montante em exame: R\$ 0,00

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Representação n.º 23/2010 – DA, oriunda do Ministério Público junto ao TCDF, acerca de possíveis irregularidades ocorridas em promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, após a edição da Lei Federal n.º 12086/09. Decisão n.º 6597/10: determinação cautelar para que o Distrito Federal e a Corporação não efetivassem promoções de militares com base no instituto da agregação até ulterior deliberação do Tribunal, e autorização para realização de inspeção na jurisdicionada para verificação dos fatos aduzidos. Decisão n.º 6550/11: provimento de embargos declaratórios opostos pela PMDF, restringindo a abstenção de promoções de militares à espécie de agregação prevista no art. 77, § 1º, I, da Lei Federal n.º 7289/84. Requerimento da Corporação para adoção de providências preliminares necessárias à promoção de oficiais, então marcada para 21/04/12. Decisão n.º 777/12: deferimento do pleito. Decisão n.º 1369/12: Procedência da representação e consequente determinação à PMDF para adotar providências tendentes a minimizar as agregações, dentre outras medidas, com consequente encaminhamento de resultados ao TCDF. Cumprimento de diligência e realização de inspeção. Decisão nº 4941/13: diligência à PMDF para que cumpra o contido no item III, “a”, da Decisão nº 1369/12, bem como se abstenha de praticar atos com base no art. 10, § 1º, do Decreto n.º 32873/11 (que permite sucessivas reduções de interstício). Pedido de reexame de fls. 447/452, complementado às fls. 458/465, interposto em face do item IV, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4941/13.

- **Pela procedência parcial do pedido de reexame: provimento no que diz respeito ao item IV, “a”, da Decisão nº 4941/13, e improvimento em relação ao item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13.**

Senhor Diretor,

Trata-se da Representação n.º 23/2010 – DA e anexos (fls. 1/53), oriunda do Ministério Público junto ao TCDF - MPjTCDF, acerca de possíveis irregularidades ocorridas em promoções de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, após a edição da Lei Federal n.º 12086/09.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 493
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

2. Segundo informações remetidas ao *Parquet*, a PMDF estaria se utilizando do instituto da agregação, mediante cessão de pessoal para outros órgãos, para incrementar significativamente o volume de promoções de oficiais, o que estaria gerando excedentes em diversos postos da Corporação, ao arrepio dos quantitativos legalmente fixados. Isso porque o militar agregado, inobstante mantenha o posto, deixa de ocupar vaga nos quadros da Corporação, não figurando em termos numéricos, abrido vaga para o subsequente na hierarquia.
3. Ademais, haveria o uso deturpado do previsto no art. 5º, § 2º, da Lei n.º 12086/09, no que tange à redução do interstício pela metade, para o preenchimento das sobreditas vagas.
4. Ao tomar conhecimento da Representação, esta Corte determinou, cautelarmente, que o Distrito Federal e a Corporação não efetivassem promoções de militares com base no instituto da agregação até ulterior deliberação do Tribunal, bem como autorizou a realização de inspeção na jurisdicionada para verificação dos fatos aduzidos, a teor da Decisão n.º 6597/10 (fl. 61).
5. Em face desse *decisum*, foram interpostos embargos de declaração pela PMDF (fls. 68/69), bem como o MSG nº 2010.00.2.021339-9 pelo Distrito Federal. Por meio da Decisão nº 912/11 (fl. 96), o TCDF sobrestou o julgamento dos embargos de declaração até o desfecho do referido *mandamus*.
6. Diante de decisão denegatória do TJDFT no citado MSG, a Corte de Contas deu provimento aos embargos de declaração de fls. 68/69 opostos pela PMDF, dando nova redação ao item II da Decisão nº 6597/10, restringindo a abstenção de promoções de militares à espécie de agregação prevista no art. 77,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 494
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

§ 1º, I¹, da Lei Federal n.º 7289/84 (Estatuto da PMDF), ou em decorrência desta, nos termos da Decisão n.º 6550/11 (fl. 111).

7. A par de encaminhar as informações requisitadas (vide fl. 134 e 135/154) pela Unidade Técnica em sede de inspeção, a PMDF, protocolou nesta Casa o Ofício n.º 266/12 – ATJGCG e anexo (fls. 155/160), cujo teor indicava que a Corporação requeria medida cautelar, para a adoção de providências preliminares necessárias à promoção de oficiais, então marcada para 21/04/12. O pleito restou atendido por esta Corte, nos termos da Decisão n.º 777/12 (fl. 166).

8. Após analisar o mérito da Representação, esta Corte, a teor da Decisão n.º 1369/12 (fls. 227/228), deliberou por:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 0192/2012-DPAD-Prom e anexos, fls. 135/154; b) do Ofício nº 301/2012-DPAD, fls. 170/176; c) da informação nº 47/2012 - fls. 185/202; d) do parecer nº 385/2012-DA - fls. 204/213; II - **determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: a) adote providências tendentes a minimizar o quadro de agregações na Corporação, limitando o número total de afastamento a 5% (cinco por cento) do efetivo de oficiais, previsto no artigo 5º do Decreto nº 3.014/1975; b) estabeleça medidas no sentido de que a cessão de oficiais a outro órgão da administração pública deve ser vinculada à atividade policial militar, devendo ser excepcional o seu afastamento para função de natureza civil, em consonância com os artigos 4º, 5º e 24 da Lei Federal nº 7.289/84 e o § 5º do art. 144 da Constituição Federal, em homenagem aos princípios da moralidade e do interesse público; c) ultimada a referida regularização e fixadas as mencionadas medidas, encaminhe os**

¹ Art 77 - A agregação é a situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

§ 1º - O policial-militar deve ser agregado quando:

I - for nomeado para cargo considerado no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar estabelecido em Lei ou Decreto-lei, ou Decreto, não previsto nos Quadros de Organização da Polícia Militar;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 495
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

resultados imediatamente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, para fins de avaliação; III - esclarecer à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) doravante, para efetivação de novas promoções de militares, com respaldo no instituto da "agregação" previsto no artigo 77, § 1º, inciso I, e também no mesmo artigo, inciso III, alíneas "I" e "m", da Lei nº 7.289/84, observe se há vagas em cada posto, já considerado o número de excedentes; em seguida, para se determinar o número correto de vagas a preencher, observe o total de policiais afastados, a fim de que seja obedecido o percentual legal de 5% (cinco por cento) do efetivo previsto de oficiais, tendo em vista que os militares afastados em decorrência do artigo 6º do Decreto nº 3.014/75 não podem gerar vagas para promoção; IV - recomendar ao Governador do Distrito Federal que: a) adote providências tendentes a minimizar o quadro de agregações na Corporação, limitando o total de afastamento a 5% (cinco por cento) do efetivo de oficiais, previsto no artigo 5º do Decreto nº 3.014/1975; b) em caso de ampliação do percentual acima destacado, em conformidade com o artigo 6º do Decreto nº 3.014/75, motive circunstanciadamente os atos administrativos de afastamento dos policiais, tendo em vista o que dispõe o artigo 50 da Lei nº 9.784/99, recepcionada no DF pela Lei nº 2.834/01; V - autorizar: a) o envio de cópia da informação nº 47/2012, do parecer nº 385/2012-DA e do voto do Relator à jurisdicionada, com vistas a subsidiar o cumprimento da diligência; b) a realização de futura inspeção na Polícia Militar do Distrito Federal para exame do cumprimento dos itens "II" e "III" acima, bem como da regularidade da utilização da redução do interstício previsto no artigo 5º, § 2º, da Lei nº 12.086/2009; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. Decidiu, mais, acolhendo proposição do Conselheiro RENATO RAINHA, mandar publicar, em anexo à ata, o relatório/voto do Relator (Anexo II)". (grifamos)

9. Não havendo manifestação da jurisdicionada acerca da referida diligência, a deliberação foi reiterada primeiramente pela Decisão n.º 6386/12 (fl. 238) e, posteriormente, pela de n.º 694/13 (fl. 245), esta, inclusive, chamando em audiência o Comandante-Geral da Corporação para apresentar razões de justificativa, ante o descumprimento das decisões do TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 496
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

10. Tempestivamente, o Comandante-Geral da PMDF encaminhou o Ofício n.º 394/13 – ATJGCG e anexos (fls. 248/291), em atendimento às referidas deliberações.

11. Em cumprimento ao item V, “b”, da supratranscrita decisão, foi realizada inspeção junto à PMDF com objetivo de verificar se a determinação de vagas para promoção decorrentes de agregação estava sendo pautada nos parâmetros determinados por esta Corte, bem como a regularidade da utilização da redução do interstício prevista no artigo 5º, § 2º, da Lei n.º 12.086/2009.

12. Na instrução de fls. 344/366, encontra-se a análise da diligência determinada pelo item II da Decisão nº 1369/12 (fls. 227/228), bem como o relatório da citada inspeção.

13. Quanto ao cumprimento de diligência², esta Divisão Técnica assim se manifestou:

- as informações trazidas à colação pela PMDF denotam, na parte que competia ao Comandante-Geral, o esforço da Corporação em minimizar as cessões de militares ou, ao menos, vinculá-las estritamente ao desempenho de funções de natureza policial militar;
- o então Comandante-Geral vinha opinando de forma contrária aos aludidos afastamentos, visando à diminuição do número de agregados para aproximação ao índice de 5% do respectivo efetivo, estabelecido pelo Decreto n.º 3014/75, consoante os documentos de fls. 268/291;
- a cessão de oficiais da PMDF é um ato externo à Corporação, ainda que seu Comandante-Geral opine em sentido contrário, atitude essa que vai ao

• ² o item II da Decisão n.º 1369/12 objetivou, na essência, que a PMDF reduzisse o número de afastamentos de oficiais policiais militares para servir em outros órgãos a 5% do efetivo previsto, conforme determina o art. 5º do Decreto n.º 3014/75, bem como que tais cessões fossem para o exercício de funções vinculadas à atividade policial militar, devendo ser excepcional o afastamento para função de natureza civil.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 497
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

encontro da deliberação desta Corte como medida tendente a minimizar o número desses afastamentos;

- com a reestruturação do quadro de oficiais da Casa Militar, promovida pelo Decreto n.º 34083/12, houve aumento de funções providas por oficiais, o que acaba por gerar excessos (a título de exemplo, a proporção entre o número de funções na Casa Militar, destinadas tão-somente a Coronéis e Tenentes-Coronéis - sete funções, fl. 256 - e o total previsto para estes postos - 132 postos nos diversos quadros da PMDF - vide fls. 153/154 - é de 5,3 %, o que fica acima do limite estabelecido para esses afastamentos);
- como na Casa Militar as funções destinadas a oficiais são notadamente de natureza policial-militar, não há desvio de finalidade nesses atos, ainda que superado o limite em comento, podendo tais situações se enquadrarem na exceção inserta no art. 6º do Decreto n.º 3014/75;
- no que tange ao item II, “b”, da Decisão n.º 1369/12, de fato, as cessões dos oficiais da Corporação estão estritamente vinculadas à atividade policial militar, sendo excepcionais os afastamentos para o exercício de funções de natureza civil, conforme apontado pelo Comandante-Geral.

14. Em relação à inspeção realizada perante a PMDF, autorizada para examinar o cumprimento dos itens II e III da Decisão nº 1369/12³, a jurisdicionada informou que:

- no que tange às vagas para promoção decorrentes da agregação, a Corporação não tem como deixar de considerar a vaga aberta⁴, tendo em

³ Ou seja, com o fim de verificar: a) se no cômputo das vagas para promoção decorrentes das espécies de agregação previstas no artigo 77, § 1º, inciso I, e também no mesmo artigo, inciso III, alíneas "l" e "m", da Lei nº 7289/84, vem sendo aplicado o limite máximo de 5% previsto no Decreto n.º 3014/75; b) a da regularidade da utilização da redução do interstício previsto no artigo 5º, § 2º, da Lei nº 12086/2009,

⁴ Art. 19. Nos diferentes quadros, as vagas a serem consideradas para as promoções serão provenientes de:

I - promoção ao grau hierárquico superior imediato;

II - agregação;

III - demissão, licenciamento ou exclusão do serviço ativo;

IV - aumento de efetivos; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 498
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

vista tratar-se de dispositivo legal em plena vigência, não podendo negar-lhe cumprimento, mesmo nos casos de afastamento, ainda que superiores a 5% do efetivo de oficiais e praças, tendo em conta a exceção prevista no art. 6º do Decreto n.º 3014/75, com redação dada pelo Decreto n.º 32810/11;

- à época da edição da Decisão n.º 1369/12, ao tomar conhecimento da referida deliberação, o então Comando-Geral houve por bem continuar executando a lei sem utilização do parâmetro determinado pelo TCDF, consoante manifestação da Comissão de Promoção de Oficiais no sentido de que *“(c) quanto à apuração de vagas e Decisão TCDF n. 1.369/12 (especificamente quanto à alínea “a” do item III), considerando a urgência que o caso requer, considerando o prazo estabelecido pelo próprio Tribunal de Contas para adoção de providências, considerando a possibilidade de impugnação da decisão da Corte de Contas no âmbito administrativo ou, eventualmente, no âmbito judicial, já que se entendeu ter havido limitação à eficácia de dispositivo de lei (art. 77, caput, da Lei 7.289/84) sem que se declarasse a ilegalidade de agregações feitas, que no ato de apuração de vagas sejam consideradas todas as vagas abertas em decorrência de agregações, ainda que superiores a 5% do efetivo de oficiais, já que o simples fato de ultrapassar tal limite não retira a legalidade o ato, tendo em conta o art. 6º do Decreto 3.014/75 (alterado pelo Decreto Distrital n. 32.810/2011)”* (fl. 305);
- relativamente à redução de interstício, a PMDF informa que o art. 10, § 1º, do Decreto n.º 32873/11⁵ permite a reedição do quadro de acesso e da proposta de promoção todas as vezes que a autoridade competente

V - falecimento.

⁵ Art. 10. O processamento das promoções que gerarem redução de interstício será consignado em ata constando a reorganização do quadro de acesso e da proposta.

§ 1º A reorganização do quadro de acesso e da proposta poderá ser reeditada e dependerá do quantitativo de vezes que a autoridade competente determinar a aplicação da redução de interstício e seu percentual.

§ 2º A redução de interstício restringe-se ao número de vagas não preenchidas por esta condição e ao limite de policiais militares constantes no quadro de acesso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 499
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

determinar a aplicação da redução de interstício, possibilitando a ocorrência de reduções sucessivas de interstício, sempre que fosse necessário (vagas não preenchidas por esta condição), em até 50% por vez, entendimento esse que a Corporação vem aplicando nos últimos anos às promoções de seus militares, inobstante parecer contrário da PGDF (Parecer n.º 2708/2011-PROPES/PGDF) à aplicação de reduções sucessivas;

- segundo a PMDF, a redução em comento atinge o interesse público, posto que a abertura de vagas nos diversos quadros permite o ingresso de policiais militares, contribuindo para o aumento do efetivo e segurança da população distrital e ainda para a autoestima e valorização do policial;
- para as promoções de 21.08.13, a Corporação pretendia a redução de interstício de oficiais e praças no grau máximo permitido pela lei (50%), por mais de uma vez, se for possível.

15. Nessa quadra, esta Divisão assim se manifestou:

- a Corporação está descumprindo a determinação contida no item III, “a”, da Decisão n.º 1369/12, no que tange à determinação do número de vagas para promoção em virtude de agregações geradas por força de afastamentos de oficiais, que deveria ser limitada a 5% desses afastamentos, ao argumento de que a agregação é instituto previsto em lei vigente, não havendo possibilidade de se descumprir a norma;
- esta Corte não questionou a validade do instituto da agregação, mas sim a possibilidade de sua utilização ser indevida. Nesse passo, a utilização do limite de 5% para o cômputo das vagas para promoção decorrentes de afastamentos se constitui em importante mecanismo de controle que pretende resolver a questão de forma perene, coibindo possíveis abusos que possam vir a ser cometidos com o uso desmedido de tal instituto;
- a referida limitação impede a suposta criação de vagas fictícias, pois independentemente do número de afastamentos, as vagas geradas para promoção seriam limitadas ao referido percentual, que é a regra estabelecida pelo Decreto n.º 3014/75, restando os demais em exceção que não pode ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 500
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

utilizada para geração de vagas. Eis o objetivo de *decisum* desta Corte, que tem como legítimo o instituto, ao tempo em que previne sua deturpada utilização;

- as sucessivas reduções implementadas pela Corporação, com amparo no art. 10, § 1º, do Decreto n.º 32873/11⁶, revestem-se de ilegalidade flagrante, assim como o referido dispositivo;
- o art. 5º, § 2º, da Lei n.º 12086/09⁷ possibilita a redução de interstício em até 50%. Ocorre que, implementada uma segunda redução tal percentual já passa a ser de 75%, o que afronta, de todo evidente, o dispositivo em comento, ferindo de morte o sentido da norma;
- os documentos de fls. 307/325 apontam que foram efetuadas reduções sucessivas de interstício nas promoções de oficiais ocorridas em abril de 2012, e nas de praças, ocorridas em abril, agosto e dezembro de 2011, e agosto de 2012. Registre-se ainda que houve tentativa pela Corporação de redução por três vezes de interstício nas promoções de praças ocorridas em abril de 2012, mediante a Portaria de 16 de março de 2012 (fl. 321)⁸, o que resultaria numa redução efetiva de 87,5%, afrontando, assim, os princípios da moralidade, razoabilidade e proporcionalidade;

⁶ Art. 10. O processamento das promoções que gerarem redução de interstício será consignado em ata constando a reorganização do quadro de acesso e da proposta.

§ 1º A reorganização do quadro de acesso e da proposta poderá ser reeditada e dependerá do quantitativo de vezes que a autoridade competente determinar a aplicação da redução de interstício e seu percentual.

§ 2º A redução de interstício restringe-se ao número de vagas não preenchidas por esta condição e ao limite de policiais militares constantes no quadro de acesso.

⁷ Art. 5º Promoção é ato administrativo e tem como finalidade básica a ascensão seletiva aos postos e graduações superiores, com base nos interstícios de cada grau hierárquico, conforme disposto no Anexo I.

§ 1º Interstício é o tempo mínimo que cada policial militar deverá cumprir no posto ou graduação.

§ 2º Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, o interstício poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento), sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.

⁸ Tal portaria foi tornada sem efeito pela de 09 de abril de 2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 501
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

- a PGDF já se manifestou de forma contrária a sucessivas reduções de interstício tendo como base o decreto em questão (fls. 341/342).

16. Ao tomar conhecimento das informações prestadas pela PMDF e do resultado da inspeção realizada perante a jurisdicionada, o TCDF exarou a Decisão nº 4941/13 (fl. 432), pela qual foi por:

IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) dê imediato cumprimento ao contido no item III, “a”, da Decisão n.º 1.369/12, relativamente à determinação do número de vagas para promoção provenientes de agregações em decorrência de afastamentos, inclusive nas que ocorreram em agosto/2013, e, no prazo de 30 (trinta) dias), apresente razões de justificativa para o escumprimento da referida deliberação, sob pena de aplicação de sanção, a teor do art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94, devendo a Corporação ainda encaminhar a documentação comprobatória do atendimento da diligência, uma vez efetivadas as mencionadas promoções; b) se abstenha de praticar atos com espeque no art. 10 do Decreto n.º 32873/11 nas promoções de seus militares, tendo em vista que tal dispositivo inova a ordem jurídica ao permitir sucessivas reduções de interstício, chocando-se com o que prescreve o art. 5º, § 2º, da Lei n.º 12086/09, entendimento esse constante do Parecer n.º 2708/2011-PROPES/PGDF e do parecer subscrito pelo Procurador-Geral Adjunto nos autos do Processo nº 053.000.048/2012-PGDF, sob pena de o TCDF negar validade a tais atos;

17. Foi protocolada nesta Corte a peça de fl. 434, acompanhada da documentação de fls. 435/445, intitulada de denúncia contra possível irregularidade ocorrida na PMDF consistente em utilização do Decreto nº 32873/11 para possibilitar sucessivas reduções de interstício nas iminentes promoções naquela Corporação. Por se tratar de denúncia anônima, e tendo em vista que a matéria foi objeto da inspeção realizada na PMDF, foi sugerido ao Tribunal apenas tomar conhecimento da referida documentação (fls. 453/457).

18. Pelo instrumento de fls. 447/452, o Comandante-Geral da PMDF interpôs pedido de reexame da Decisão nº 4941/13, com o fim de que seja revista a Decisão nº 1369/12, item III, “a”, para que todas as vagas decorrentes de agregação sejam contabilizadas para promoções.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 502
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

19. Também foi interposto pedido de reexame pela PMDF em face do item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13 (fls. 458/465).

20. Pelo expediente de fls. 466/468, a Corporação consigna que, à vista da Decisão Plenária nº 4941/13, que estava adotando as medidas administrativas visando o seu cumprimento.

21. O TCDF, pela Decisão nº 5869/13 (fl. 475), conheceu da documentação de fls. 434/445, do pedido de reexame contra o item IV, “a”, da Decisão nº 4941/13, conferindo-lhe o efeito suspensivo, bem como do aditamento do pedido de reexame (fls. 458/468), determinando o retorno dos autos a esta Secretaria para análise de mérito do recurso.

22. Posteriormente, pelo documento de fls. 477/479, o Comandante-Geral da PMDF interpôs embargos de declaração em face da Decisão nº 5869/13, sob o argumento de que o aditamento ao pedido de reexame havia sido interposto para alcançar também o item IV, alínea “b”, da Decisão nº 4941/13, de sorte que o efeito suspensivo também deveria incidir em tal alínea.

23. O TCDF, pela Decisão nº 6306/13 (fl. 485) deu provimento aos embargos:

I - conhecer e dar provimento aos Embargos de Declaração vistos às fls. 477/479, opostos em face da Decisão nº 5.869/2013, de modo a também conferir efeito suspensivo ao item “IV.b” da Decisão nº 4.941/2013, conforme pleito contido no aditamento ao Pedido de Reexame (fls. 458/465), nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o arts. 188, inciso II, “a” e 189 do RITCDF e art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/08; II – dar ciência do teor desta decisão ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/07, com o alerta de que ainda pende de análise o mérito do referido recurso; III – determinar a devolução dos autos em exame à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins, observando o citado Relatório/voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 503
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

24. Assim, no presente momento processual, proceder-se-á à análise de mérito do pedido de reexame de fls. 447/452, aditado pelo de fls. 458/465.

DO PEDIDO DE REEXAME DE FLS. 447/452

25. O recurso em epígrafe foi manuseado pelo Comandante-Geral da PMDF em face da Decisão nº 4941/13, item IV, “a”⁹, que determinou o imediato cumprimento do item III, “a”, da Decisão nº 1369/12¹⁰.

26. Os fundamentos para o pedido, em síntese, são:

- a agregação, no termos do art. 77 da Lei nº 7289/84 e do Regulamento de Movimentação em vigor na Corporação (Decreto nº 7431/83), se verifica quando o policial deixa de ocupar vagas na escala hierárquica nos casos admitidos por legislação específica;
- de outra sorte, a situação do policial que se encontra à disposição ocorre quando está a serviço de órgãos ou autoridade a que não esteja

⁹ Pela qual o TCDF foi por: IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) dê imediato cumprimento ao contido no item III, “a”, da Decisão n.º 1.369/12, relativamente à determinação do número de vagas para promoção provenientes de agregações em decorrência de afastamentos, inclusive nas que ocorreram em agosto/2013, e, no prazo de 30 (trinta) dias), apresente razões de justificativa para o escumprimento da referida deliberação, sob pena de aplicação de sanção, a teor do art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94, devendo a Corporação ainda encaminhar a documentação comprobatória do atendimento da diligência, uma vez efetivadas as mencionadas promoções;

¹⁰ O item III, “a”, da Decisão nº 1369/12 está assim redigido:

III - esclarecer à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) doravante, para efetivação de novas promoções de militares, com respaldo no instituto da "agregação" previsto no artigo 77, § 1º, inciso I, e também no mesmo artigo, inciso III, alíneas "l" e "m", da Lei nº 7.289/84, observe se há vagas em cada posto, já considerado o número de excedentes; em seguida, para se determinar o número correto de vagas a preencher, observe o total de policiais afastados, a fim de que seja obedecido o percentual legal de 5% (cinco por cento) do efetivo previsto de oficiais, tendo em vista que os militares afastados em decorrência do artigo 6º do Decreto nº 3.014/75 não podem gerar vagas para promoção;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 504
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

diretamente subordinado. Na agregação, exige-se a nomeação em cargo estranho à Corporação;

- é possível que haja policial militar que esteja executando atividade fora da Corporação (que é computado dentro do número total de afastamentos), sem, entretanto, dar ensejo à agregação. É o caso, por exemplo, dos policiais que integram a Força Nacional de Segurança Pública, os quais não são agregados por não serem nomeados em cargo, mas são colocados à disposição para a execução de atividade policial em outro órgão;
- não há como estabelecer uma vinculação estreita entre o número de afastamentos da Polícia Militar, nos termos do Decreto nº 3014/75, e o número de policiais que se encontram agregados na Corporação;
- o Decreto nº 3014/75, alterado pelo Decreto nº 32810/11, estabelece a possibilidade de se ultrapassar o limite de 5% para o total de afastamentos;
- a agregação se mostra ato vinculado dependente da nomeação em cargo fora da Corporação feita pela autoridade competente;
- o instituto da agregação encontra respaldo legal no art. 77 da Lei nº 7289/84. Nos termos o § 1º desse artigo, o policial militar agregado em uma das hipóteses legais deixa de ocupar vaga no seu quadro, permanecendo sem número;
- para fins de promoção, deverá ser considerada a vaga aberta proveniente de agregação (arts. 19 e 20 da Lei nº 12086/09);
- não há como deixar de considerar aberta a vaga em decorrência de agregação. Estando a vaga aberta, há de ensejar a sua contabilização para promoção, nos termos da legislação vigente, sob pena de se negar validade à lei federal;
- não há como sustentar que o limitador de 5% estabelecido em Decreto Distrital seja hábil a impedir que determinadas vagas sejam computadas para fins de promoção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 505
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

27. Dessa forma, pleiteia que sejam acolhidas as razões apresentadas, no sentido de se rever a Decisão nº 1369/12 (item III, “a”), reiterada pela Decisão nº 4941/13 (item IV, “a”), para que todas as vagas decorrentes de agregação, nos termos do art. 77 da Lei nº 7289/84 e art. 19, II, da Lei nº 12086/09, sejam contabilizadas para as promoções ordinárias que ocorrem no âmbito da Corporação, sem que lhe sejam aplicadas o limite estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3014/75, diante da excepcionalidade prevista no art. 6º do mesmo Decreto, alterado pelo Decreto nº 32810/11.

DA ANÁLISE DO PEDIDO DE REEXAME DE FLS. 447/452

28. A nosso viso, razoáveis são as ponderações feitas pela Corporação, no que tange à abertura de vagas para promoção em decorrência de agregações, mesmo quando estiverem acima do limite fixado em decreto distrital.

29. Vejamos o que a lei federal dispõe sobre o instituto da agregação e respectiva consequência para as promoções.

30. O Estatuto da PMDF (Lei Federal nº 7289/84) traz diversos dispositivos sobre o tema, *in verbis*:

Art 77 - A agregação é a situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.

§ 1º - O policial-militar deve ser agregado quando:

I - for nomeado para cargo considerado no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar estabelecido em Lei ou Decreto-lei, ou Decreto, não previsto nos Quadros de Organização da Polícia Militar;

II - aguardar transferência para a reserva remunerada, por ter sido enquadrado em quaisquer dos requisitos que a motivaram; e

III - for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de:

(...)

§ 7º - O policial-militar agregado fica sujeito às obrigações disciplinares concernentes às suas relações com outros policiais-militares e autoridades civis e militares, salvo quando ocupar cargo que lhe dê precedência funcional sobre os outros policiais-militares mais graduados ou mais antigos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 506
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

§ 8º - Caracteriza a posse no novo cargo regulado pelo § 3º a entrada em exercício no cargo ou respectiva função.

Art 78 - O policial-militar agregado ficará adido, para efeito de alterações e remuneração, à Diretoria de Pessoal, continuando a figurar no lugar que então ocupava no Almanaque ou Escala Numérica, com a abreviatura " Ag " e anotações esclarecedoras de sua situação.

Art 79 - A agregação se faz por ato do Governador do Distrito Federal, para Oficiais e pelo Comandante-Geral, para Praças.

31. A Lei Federal nº 12086/09 (que estabelece critérios e condições para promoções dos policiais militares da PMDF e do CBMDF), traz diversos dispositivos sobre a matéria, *in verbis*:

Art. 2º O efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal é de 18.673 (dezoito mil e seiscientos e setenta e três) policiais militares distribuídos em Quadros, conforme disposto no Anexo I.

Parágrafo único. Não serão considerados no limite do efetivo fixado no caput:

(...)

V - os policiais militares agregados e excedentes.

(...)

Art. 19. Nos diferentes quadros, as vagas a serem consideradas para as promoções serão provenientes de:

I - promoção ao grau hierárquico superior imediato;

II - agregação;

III - demissão, licenciamento ou exclusão do serviço ativo;

IV - aumento de efetivos; e

V - falecimento.

Art. 20. As vagas são consideradas abertas:

I - na data da publicação oficial do ato que promove, agrega, passa para a inatividade, demite, licencia ou exclui do serviço ativo o policial militar, salvo se no próprio ato for estabelecida outra data;

(...)

Parágrafo único. Serão também consideradas vagas abertas as que resultarem das transferências ex officio para a reserva remunerada, já previstas, até a data da promoção, inclusive, bem como as decorrentes de quota compulsória.

Art. 21. Feita a apuração de vagas a preencher, este número não sofrerá alteração.

Parágrafo único. Cada vaga aberta em determinado posto ou graduação acarretará vagas nos graus hierárquicos inferiores, sendo esta sequência interrompida no posto ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 507
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

graduação em que houver preenchimento por excedente, ressalvado o caso de vaga aberta em decorrência de aplicação da quota compulsória conforme disposto no Estatuto dos Policiais Militares, de que trata a [Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984](#).

Art. 22. O policial militar promovido indevidamente passará à situação de excedente e, nesse caso, contará antiguidade e receberá o número que lhe competir na escala hierárquica, quando a vaga a ser preenchida corresponder ao critério pelo qual deveria ser promovido, desde que preencha os requisitos para a promoção.

Art. 23. Não preenche vaga o policial militar que, estando agregado, venha a ser promovido e continue na mesma situação.

Art. 24. A promoção por merecimento será aplicada exclusivamente para o acesso ao último posto dos Quadros e Especialidades de Oficiais.

Parágrafo único. Os critérios gerais de avaliação dos Oficiais no decurso da Carreira e no exercício de cargos, funções, missões e comissões, para atendimento ao disposto no caput, serão estabelecidos pelo Poder Executivo federal, e os critérios específicos constarão de ato do Governador do Distrito Federal.

Art. 25. As promoções aos demais graus hierárquicos dos Quadros de Oficiais e Praças serão realizadas pelo critério de antiguidade.

Parágrafo único. A antiguidade no grau hierárquico é contada a partir da data do ato de promoção, nomeação, declaração ou na data especificada no próprio ato.

Art. 26. O policial militar agregado, quando no desempenho de cargo policial militar ou considerado de natureza ou interesse policial militar ou da segurança pública, concorrerá à promoção por quaisquer dos critérios, sem prejuízo do número de concorrentes regularmente estipulado.

Parágrafo único. O policial militar agregado por qualquer outro motivo não será promovido pelo critério de merecimento.

(...)

Art. 43. Não poderão constar no Quadro de Acesso por Merecimento os Oficiais que estiverem no exercício de cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ou que estiverem à disposição de órgão do governo federal, estadual ou do Distrito Federal, para exercerem função de natureza civil.

32. Vê-se que a legislação federal sobre o assunto determina que o policial-militar agregado deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número. Assim, os agregados não são computados no limite do efetivo legal fixado de policiais militares da PMDF.

33. As causas da agregação também foram tratadas pelas referidas leis federais. Um dos motivos ensejadores de agregação é a nomeação do policial-militar em cargo considerado de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar estabelecido em regulamentação. Os cargos considerados de natureza



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 508
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

policial-militar foram estabelecidos pelo art. 21 do Regulamento R-200, aprovado pelo Decreto Federal nº 88777/83. Caso o policial-militar agregado desempenhe funções de cargo não-militar (ou seja, de natureza civil), ele somente poderá ser promovido pelo critério de antiguidade.

34. Uma vez agregado em decorrência de nomeação em cargo de natureza policial-militar (que, conforme relatório pretérito desta Divisão, constitui a quase totalidade das agregações objeto dos presentes autos), ele deixa de ser numerado, abrindo vaga para promoção. Assim, pela lei federal, a agregação gera automaticamente vaga a ser considerada para promoção (art. 19 da Lei Federal nº 12086/09).

35. É certo que o Decreto Distrital nº 3014/75, no art. 5º, fixou um limite para o quantitativo de agregações: o número total de afastamentos não pode exceder a 5% do efetivo previsto de oficiais e praças. Tal limite, todavia pode ser extrapolado (conforme alteração promovida pelo Decreto nº 32810/11), a critério do Governador do DF (art. 6º do Decreto Distrital nº 3014/75).

36. Nesse vetor, a regra é o limite de 5% para o quantitativo de agregações. Porém, o decreto possibilita, excepcionalmente, a extrapolação desse patamar. Conforme asseverado em instrução pretérita, em 16.02.12, o percentual de oficiais agregados, na PMDF, alcançou 11,32% (efetivo de oficiais: 1549; agregados: 176), percentual esse que praticamente se manteve quando da realização de inspeção na PMDF.

37. Assim, a realidade vivida pela Corporação é a de possuir um quantitativo de agregações acima do limite geral fixado no decreto. Porém, cabe destacar que o decreto também permite tal situação.

38. Na instrução pretérita, foi informado que o Decreto nº 34083/12, ao reestruturar o quadro de oficiais da Casa Militar, aumentou o número de funções providas por oficiais, o que certamente gerou o incremento no percentual de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 509
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

agregados. A título de exemplo, foi demonstrado que as funções na Casa Militar destinadas a Coronéis e Tenentes-Coronéis da PMDF por si sós já geram a extrapolação do limite de 5% do decreto distrital.

39. Ademais, não se pode olvidar, que policiais-militares são vitais para o exercício de funções em outros órgãos distritais, tais como Secretaria de Segurança Pública.

40. Assim, não vislumbramos ilegalidade no fato de se extrapolar o limite de 5%, mesmo porque o mesmo decreto que impõe tal patamar admite a possibilidade de se avançar em percentuais acima desse. Ademais, essa situação não pode implicar a não abertura de vagas para promoção, vez que a lei federal estabelece que a agregação gera vaga para promoção.

41. Ao se fixar o entendimento de que as agregações em número superior ao limite de 5% não gera vaga para promoção implica em afastar a aplicação do art. 19, inciso II, da Lei Federal nº 12086/09, em decorrência de um dispositivo constante de decreto distrital. Em nosso ordenamento jurídico, são os decretos que devem ser lidos em conformidade com as leis e não o oposto.

42. Cabe frisar que não estamos aqui defendendo o excessivo número de agregações observadas em diversos postos da PMDF, cujas causas merecem e devem ser combatidas, mas sim que a lei federal determina que os agregados deixam de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número, o que certamente implica a abertura de vaga para promoção.

43. Repise-se que se deve coibir eventual desvio de finalidade na utilização do instituto da agregação, como a nomeação de policiais-militares às vésperas de promoções e posterior exoneração desses mesmos policiais. Nesse sentido, veio a deliberação constante dos itens II, “a”, III, “a”, e IV da Decisão nº 1369/12 do TCDF. Porém, a observância da sistemática fixada pela lei federal em relação ao instituto em questão não deve ser afastada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 510
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

44. Nesse sentido, somos pelo provimento do pedido de reexame em questão, no sentido de se fixar o entendimento de que, em conformidade com os arts. 77, *caput*, e § 1º, da Lei Federal nº 7289/84, c/c art. 19, II, da Lei Federal nº 12086/09, as agregações geram a abertura de vagas para promoção nos postos e graduações da PMDF.

45. A despeito de tal entendimento, tendo em vista os números elevados de agregados levantados nestes autos e a ocorrência de desvios na utilização do instituto da agregação, seria de bom alvitre a imposição legal de limites. Como se trata de lei federal, propomos ao TCDF encaminhar à Casa Civil da Presidência da República sugestão de implementar medidas tendentes a alterar a Lei nº 12086/09, no sentido de se incluir limites ao número de agregados da PMDF e CBMDF.

DO ADITAMENTO DO PEDIDO DE REEXAME DE FLS. 458/465

46. O complemento em questão refere-se à insatisfação da Corporação em face do que foi deliberado no item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13, que determinou à PMDF que se abstinhasse de praticar atos com base no art. 10 do Decreto Distrital nº 32873/11, que permite sucessivas reduções de interstícios.

47. A Corporação, em suma, alega como fundamentos:

- o policial-militar que não atender ao interstício (que é o período mínimo de permanência do policial no grau hierárquico) não poderá participar do processamento das promoções, sendo impedido de integrar Quadro de Acesso (art. 27, II, da Lei nº 12086/09¹¹);

¹¹ Art. 27. O policial militar não poderá constar em Quadro de Acesso quando:

(...)

II - não possuir o interstício exigido para seu grau hierárquico;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 511
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

- às vezes o interesse público fica prejudicado pelo estabelecimento do interstício, haja vista que impedia que houvesse o complemento do efetivo previsto, de modo a corresponder adequadamente às demandas sociais por segurança;
- todas as vagas existentes na Corporação (efetivo previsto) estão intimamente vinculadas a determinadas atribuições a serem exercidas dentro da instituição, segundo o grau hierárquico ocupado;
- quando se contabilizam vagas para promoção, indica-se que atribuições (funções) previstas e necessárias para a consecução da missão da PMDF, não estão sendo exercidas, exigindo-se a promoção como medida capaz de atender ao interesse público;
- a redução de interstício foi prevista pensando nesse eventual prejuízo ao interesse público provocado pela exigência de interstício;
- antes do advento da Lei nº 12086/09, o interstício era estabelecido por ato regulamentar do Governador do DF (Decretos nºs 6791/82 e 7456/83);
- a Lei nº 12086/09 aumentou significativamente os interstícios de todos os graus hierárquicos, sem que qualquer regra de transição fosse estabelecida para os ocupantes dos atuais quadros;
- em contrapartida, o instituto da redução de interstício, embora continuasse previsto, sofreu sutil alteração com a Lei nº 12086/09, em comparação com a legislação anterior¹²;

¹² Pela legislação anterior temos:

Decreto nº 6791/82 (Regulamento de Promoção de Oficiais): Art. 12. As condições de interstício e de serviço arregimentado estabelecidas neste regulamento, poderão ser reduzidas até a metade, por ato do Governador do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante-Geral, para uma determinada promoção.

Decreto nº 7456/83 (Regulamento de Promoção de Praças): Art. 11.....Parágrafo único – As condições de interstício e de serviço o arregimento estabelecidas neste artigo, poderão ser reduzidas até metade, por ato do Comandante Geral, mediante proposta do Diretor de Pessoal.

Pela Lei nova (Lei nº 12.086/2009): Art. 5º§1º Interstício é o tempo mínimo que cada policial militar deverá cumprir no posto ou graduação. §2º Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, o interstício poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento), sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 512
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

- a Lei nº 12086/09 regeu de modo diverso o instituto, estabelecendo uma condicionante para o ato da autoridade: *“sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição”*. Tal alteração *“acabou por sedimentar o entendimento quanto à possibilidade de reproprocessamento das promoções, ou seja, a lei teria admitido o reproprocessamento, especificamente com relação ao interstício”* (fl. 462);
- o Decreto nº 32873/11 passou a dispor sobre o reproprocessamento das promoções;
- com amparo na Lei nº 12086/09 e no Decreto nº 32873/11, *“enquanto existissem vagas abertas, o interstício poderia ser novamente reduzido, sempre que fosse necessário, em até 50% por vez, segundo a conveniência e oportunidade administrativas”* (fl. 462);
- não se está diante de redução de interstício no percentual de 75%. Nos termos da lei, seria permitida somente uma redução de, no máximo, 50% por vez, estabelecendo-se o reproprocessamento das promoções, caso ainda restassem efetivamente vagas a preencher;
- a partir da edição do mencionado decreto, a PMDF passou a considerar o reproprocessamento das promoções, especificamente com relação ao interstício, sempre que houvesse vagas não preenchidas por esta condição;
- a redução de interstício, por mais de uma vez para uma mesma data de promoção (reprocessamento), ocorre há mais de dois anos no âmbito da PMDF, sem que fosse impugnada administrativa ou judicialmente, implicando na promoção de muitos policiais militares, viabilizando a realização de concurso para ingresso na carreira e cursos de habilitação;
- a primeira e segunda oportunidades em que houve redução de interstício, por mais de uma vez, aconteceram antes da emissão do Parecer nº 2708/2011-PROPES/PGDF (promoções de abr/11 e ago/11);
- tal parecer da PGDF não foi albergado pela Administração, *“mormente porque o sentido e o alcance que foram conferidos aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, nos limites que permitiam, haviam gerado*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 513
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

*justa expectativa nos administrados, policiais militares, em face da confiança por eles depositada nos atos administrativos amparados na legislação em vigor. Além do que, **não foi considerada na manifestação essa alteração na norma, que fornece importante elemento interpretativo.***” (grifo no original, fl. 463);

- a redução de interstício foi aplicada, desde a edição do Decreto, inclusive no que se refere ao reprocessamento das promoções (até as promoções de agosto de 2013), com a dita redução, no grau máximo, para uma mesma data de promoção;
- a redução por mais de uma vez para uma mesma data de promoção não visa a constituir benefício ou privilégio para policiais militares, mas sim atender ao interesse público autorizado por lei, segundo critérios de conveniência e oportunidade, estabelecendo o equilíbrio entre os diferentes postos e graduações em relação ao efetivo que se encontra no pleno exercício de suas funções dentro da Corporação;

48. Assim, o Comandante-Geral pleiteia o acolhimento do recurso, no sentido de se rever a Decisão nº 4921/13 (item IV, alínea “b”), reconhecendo a legitimidade do reprocessamento das promoções, nos termos do art. 10 do Decreto nº 32873/11, inclusive com a redução de interstício, por mais de uma vez para uma mesma data de promoção, ainda que seja no grau máximo, tendo em vista o que prescreve o art. 5º, §2º, da Lei nº 12086/09.

DA ANÁLISE DO ADITAMENTO DO PEDIDO DE REEXAME DE FLS. 458/465

49. A nosso entender, não merece prosperar o recurso em questão interposto em face do item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13 (fl. 432), pelos motivos a seguir expostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 514
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

50. Conforme já afirmado no relatório de fls. 344/366, o art. 5º, § 2º, da Lei n.º 12086/09¹³ possibilita a redução de interstício, ou seja, reprocessamentos das promoções. Todavia, existe uma clara limitação para a redução do interstício: até 50%. Implementada uma segunda redução de 50% tal percentual já passa a ser de 75%, o que afrontaria o comando legal em comento.

51. Não vislumbramos prejuízos ao interesse público ao se adotar a tese de uma única redução de até 50%. Se tomarmos o anexo I da Lei Federal nº 12086/09, verificamos que, para os Quadros de Oficiais da PMDF, o interstício máximo é de 48 meses¹⁴. Assim, caso se aplique o limitador máximo de 50%, teremos um interstício de 24 meses (2 anos), prazo esse que, a nosso visto, já é bastante reduzido para a permanência em certo posto para o policial-militar estar apto a concorrer à promoção ao posto hierarquicamente mais elevado. Uma

¹³ Art. 5º Promoção é ato administrativo e tem como finalidade básica a ascensão seletiva aos postos e graduações superiores, com base nos interstícios de cada grau hierárquico, conforme disposto no Anexo I.

§ 1º Interstício é o tempo mínimo que cada policial militar deverá cumprir no posto ou graduação.

§ 2º Cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção, o interstício poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento), sempre que houver vagas não preenchidas por esta condição.

¹⁴ Para o Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM, temos, por exemplo:

GRAU HIERÁRQUICO	EFETIVO	INTERSTÍCIO
Coronel PM	39	-
Tenente-Coronel PM	78	36 meses
Major PM	199	48 meses
Capitão PM	261	48 meses
Primeiro-Tenente PM	195	48 meses
Segundo-Tenente PM	195	48 meses
Aspirante-a-Oficial	0	6 meses
TOTAL	967	



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 515
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

segunda redução de 50% se demonstra desarrazoada, vez que reduziria para apenas 12 meses o interstício.

52. Assim, cremos que a matéria em questão já foi exaustivamente tratada nos autos, conforme se vê no voto de fls. 387/431 do relator do presente feito, bem como que não existem elementos novos trazidos no bojo do pedido de reexame que pudessem mudar os fundamentos do item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13.

53. Por fim, cabe analisar o pedido de medida cautelar, *inaudita altera pars*, pleiteada em 20.03.14 (fls. 487/491), para determinar à PMDF e ao CBMDF que suspendam as promoções de praças e de oficiais da PMDF, programadas para 22 de abril próximo, bem como de praças do CBMDF previstas para 30 de março de 2014 e de oficiais do CBMDF programadas para 22 de abril de 2014, até a decisão de mérito do recurso interposto pela PMDF nos autos do presente processo, bem como determinar a esta Divisão Técnica imprimir celeridade na análise do recurso interposto pela PMDF neste autos.

54. Relevantes as preocupações do *Parquet* acerca da possibilidade de as referidas Corporações realizarem as próximas promoções em desconformidade com o entendimento do TCDF externado pela Decisão nº 4941/13 (cujos efeitos foram suspensos em decorrência de pedido de reexame do Comandante-Geral da PMDF).

55. Todavia, tendo em vista que o pedido de reexame já fora analisado nesta instrução, poderá o TCDF julgar o próprio mérito recursal, motivo pelo qual entendemos despicienda a concessão de cautelar requerida pelo douto MPjTCDF no presente momento processual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF – SEFIPE - DIADM
Folha nº 516
Processo nº 37050/10
Rubrica.....

Ante o exposto, sugerimos ao Tribunal:

I – dar parcial provimento do pedido de reexame de fls. 447/452, aditada pelo documento de fls. 458/465, no sentido de se fixar o entendimento de que, em conformidade com o art. 77, *caput*, e § 1º, da Lei Federal nº 7289/84, c/c art. 19, II, da Lei Federal nº 12086/09, as agregações geram a abertura de vagas para promoção nos postos e graduações da PMDF, mantendo-se, na íntegra, o item IV, “b”, da Decisão nº 4941/13;

II – conhecer do pedido de medida cautelar de fls. 487/491, formulado pelo Ministério Público junto ao TCDF, negando a concessão, à vista do exame do mérito do pedido de reexame de fls. 447/452, aditada pelo documento de fls. 458/465;

III – sugerir à Casa Civil da Presidência da República a adoção de medidas visando à alteração da Lei nº 12086/09, no sentido de se incluir limites ao número de agregados em decorrência do art. 77, §1º, I, III, alíneas “l” e “m”, da Lei nº 7289/84 e do art. 78, §1º, alíneas “a” e “c”, itens 11 e 12, da Lei nº 7479/86, tendo em vista o elevado quantitativo de agregados existentes na PMDF e CBMDF;

IV – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao CBMDF;

V - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

À superior consideração.

Brasília, 20 de março de 2014.

Edival Rodrigues da Matta Junior

Auditor de Controle Externo
Matrícula n.º 466-9